

A persistente desigualdade entre negros e não negros no mercado de trabalho

**Boletim Especial 20 de novembro
Dia da Consciência Negra**

18/11/2022

A persistente desigualdade entre negros e não negros no mercado de trabalho

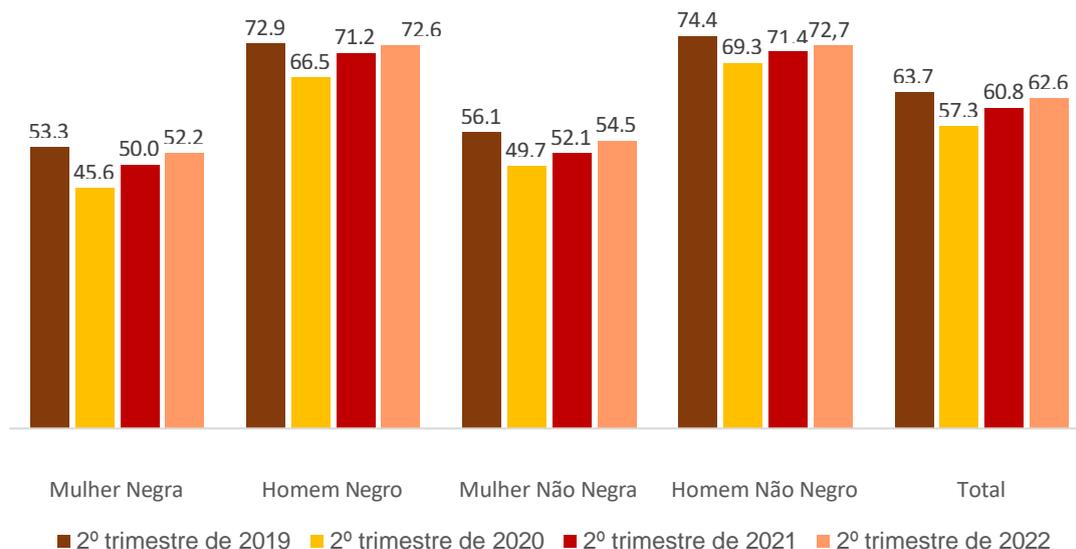
Em 2022, a perspectiva de crescimento de cerca de 2,5% e a retomada das atividades econômicas após a pandemia impulsionaram a geração de novas vagas de trabalho e a queda do desemprego.

Esse movimento, apesar de positivo para o conjunto de trabalhadores, não se traduziu em trabalho formal, elevação de rendimentos e igualdade de oportunidades. Ao contrário, segundo os indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os segundos trimestres de 2019 e 2022, houve elevação da informalidade, da subocupação e queda dos rendimentos, efeitos sentidos mais intensamente pelo homem e pela mulher negra.

No total do mercado de trabalho, a taxa de participação, que indica a proporção da força de trabalho – ocupados e desempregados – em relação à população total, foi de 63,7%, no segundo trimestre de 2019, e de 62,6%, no mesmo período de 2022. Entre as mulheres negras, 53,3% estavam ocupadas ou desempregadas em 2019. O número caiu para 52,3% em 2022. Entre os homens negros, as taxas ficaram semelhantes nos dois períodos – 72,9%, no segundo trimestre de 2019, e 72,6%, em 2022. Entre as mulheres e os homens não negros, os patamares de 2022 foram menores do que os de 2019.

A estabilização da taxa de participação em patamares mais baixos do que antes da pandemia é um importante fenômeno ocorrido não só no Brasil, mas em muitos países, que pode ser explicado por motivos diversos: necessidade de cuidados com as crianças nos lares, riscos de adoecimento, complicações de saúde devido à covid, aposentadorias precoces, mudanças ou reavaliações de carreira, entre outros.

Taxa de participação por raça/cor e sexo Brasil – 2º trimestre de 2019, 2020, 2021 e 2022 (em %)



Fonte: IBGE. PnadC

Elaboração: DIEESE

Obs.: Negros = Pretos + Pardos; Não Negros = Brancos + Amarelos + Indígenas

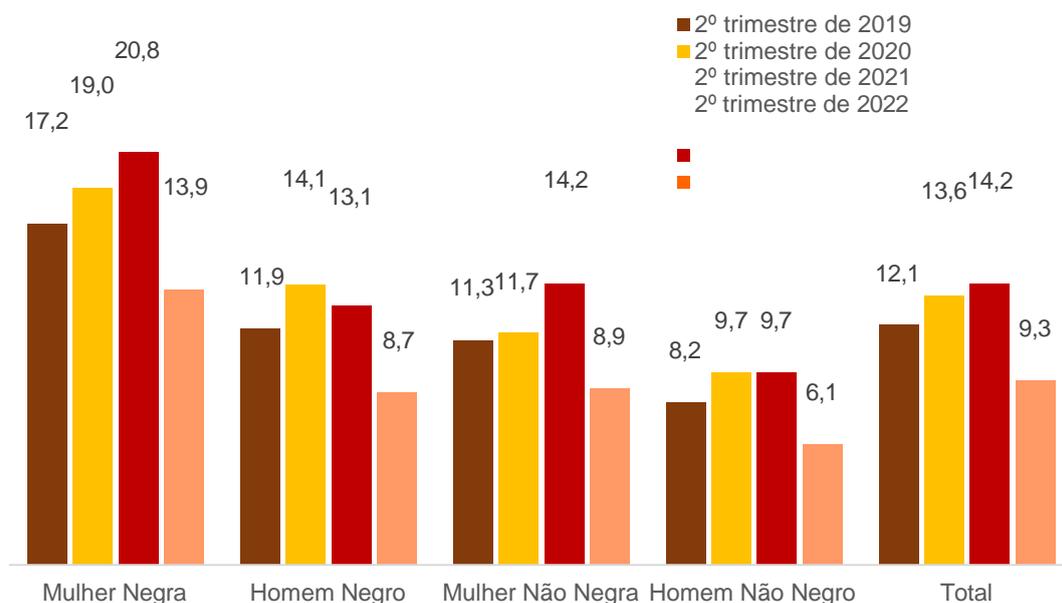
A taxa de desocupação total foi de 9,3% no segundo trimestre de 2022, menor do que o registrado nos mesmos períodos dos três anos anteriores: No segundo trimestre de 2019, a taxa era de 12,1%, passou para 13,6%, em 2020, e 14,2%, em 2021.

Com a crise sanitária, muitos trabalhadores perderam postos de trabalho e tiveram que buscar nova colocação ainda em 2020, em momento de quase pleno isolamento social.

A taxa de desocupação nos segundos trimestres de 2020 e 2021 foi maior devido à pressão da força de trabalho para achar uma colocação, sem que as vagas tivessem aumentado na mesma proporção. Em 2022, com a retomada das atividades econômicas e maior controle da pandemia, o país passou a crescer e o desemprego caiu.

São visíveis as dificuldades que as mulheres negras enfrentam no mercado de trabalho. No segundo trimestre de 2022, elas vivenciavam taxa de desocupação de 13,9%. Para os homens negros, a taxa era de 8,7%; para as não negras, de 8,9%; e para os homens não negros, foi observada a menor taxa, de 6,1%.

Taxa de desocupação por raça/cor e sexo Brasil – 2º trimestre de 2019, 2020, 2021 e 2022 (em %)



Fonte: IBGE, PnadC

Elaboração: DIEESE

Obs.: Negros = Pretos + Pardos; Não Negros = Brancos + Amarelos + Indígenas

Segundo o grupamento de atividades econômicas, no segundo trimestre de 2022, entre as mulheres negras ocupadas, 19,7% estavam no setor de educação, saúde humana e serviços sociais; 19,2% no comércio; e 16,4% nos serviços domésticos. Entre os homens ocupados negros, 19,5% estavam no comércio; 14,8% no setor de construção; 14,4% na indústria; e 14,1% na agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura. Entre as mulheres não negras, 22,6% trabalhavam no setor de educação, saúde humana e serviços sociais; 18,5%, no comércio; 14,3% no setor de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas e; 10,9% na indústria geral. Entre os homens não negros, 19,7% estavam alocados no comércio; 15,6% na indústria geral; 15,5% no setor de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas; e 10,2% na construção.

Estimativa de ocupados, por raça/cor e sexo, segundo grupamento de atividade principal do empreendimento do trabalho principal - Brasil - 2º trimestre de 2022 (em %)

Grupamento de atividade principal	2º trimestre de 2022				Total
	Mulheres Negras	Homens Negros	Mulheres Não Negras	Homens Não Negros	
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	4,6	14,1	3,7	10,5	8,9
Indústria geral	9,6	14,4	10,9	15,6	12,9
Construção	0,5	14,8	1,0	10,2	7,6
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	19,2	19,5	18,5	19,7	19,3
Transporte, armazenagem e correio	1,3	8,0	1,4	8,2	5,2
Alojamento e alimentação	8,2	4,6	6,4	3,6	5,5
Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas	9,0	9,5	14,3	15,5	11,9
Administração pública, defesa e seguridade social	4,2	5,4	5,5	5,5	5,2
Educação, saúde humana e serviços sociais	19,7	4,8	22,6	6,4	12,2
Outros Serviços	7,1	3,9	6,8	3,9	5,2
Serviços domésticos	16,4	1,0	8,8	0,7	6,0
Atividades mal definidas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, PnadC

Elaboração: DIEESE

Obs.: Negros = Pretos + Pardos; Não Negros = Brancos + Amarelos + Indígenas

No segundo trimestre de 2022, mais de 30% do total dos ocupados se inseriram como assalariados com carteira. Entre o total de negras ocupadas, 31,5% tinham carteira assinada. Entre os homens negros ocupados, a proporção de trabalhadores formais era de 37,1%. Das ocupadas negras, 12,6% eram trabalhadoras domésticas sem carteira e 3,7% com carteira; 21,1%, trabalhadoras por conta própria; e 10,8%, assalariadas sem carteira. No total, quase metade (47,3%) das negras trabalhavam sem proteção. Entre os negros, 30,1% eram trabalhadores por conta própria e 18,1%, assalariados sem carteira.

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação, por raça/cor e sexo - Brasil – 2º trimestre de 2022 (em %)

Posição na ocupação	2º trimestre de 2022				Total
	Mulheres Negras	Homens Negros	Mulheres Não Negras	Homens Não Negros	
Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	31,5	37,1	36,8	39,6	36,4
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	10,8	18,1	9,2	12,6	13,3
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	3,7	0,4	2,3	0,3	1,5
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	12,6	0,7	6,4	0,4	4,5
Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	1,5	0,9	1,9	1,2	1,3
Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	4,7	2,2	3,3	1,5	2,8
Militar e servidor estatutário	9,3	5,8	11,5	6,7	8,0
Empregador	1,9	3,6	4,4	7,2	4,3
Conta própria	21,1	30,1	21,6	29,4	26,2
Trabalhador familiar auxiliar	2,8	1,2	2,6	1,0	1,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. PnadC

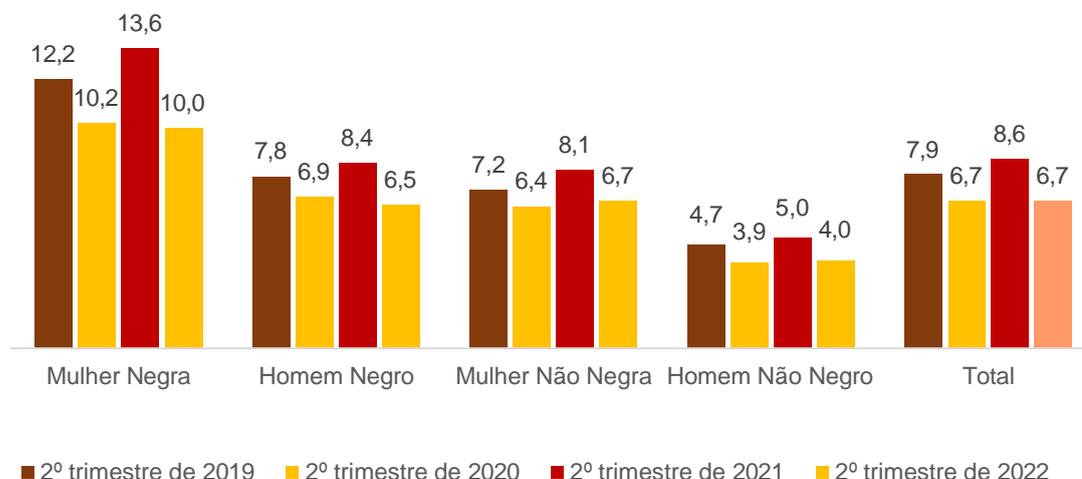
Elaboração: DIEESE

Obs.: Negros = Pretos + Pardos; Não Negros = Brancos + Amarelos + Indígenas

São considerados subocupados por insuficiência de horas as pessoas que gostariam de ter jornada maior e têm disponibilidade para trabalhar mais, se houvesse oportunidade. No segundo trimestre de 2022, a proporção de subocupados em relação ao total de ocupados foi de 6,7%, menor do que o verificado nos demais anos. Em 2021, esse percentual foi de 8,6%.

Entre todos os segmentos populacionais, a proporção de negros em subocupação no segundo trimestre de 2022 foi maior: 10,0% entre as negras ocupadas e 6,5%, entre os negros ocupados. Na mesma situação estavam 6,7% das mulheres não negras e 4,0% dos homens não negros.

**Proporção de subocupados em relação ao total de ocupados,
por raça/cor e sexo
Brasil – 2º trimestre de 2019, 2020, 2021 e 2022 (em %)**

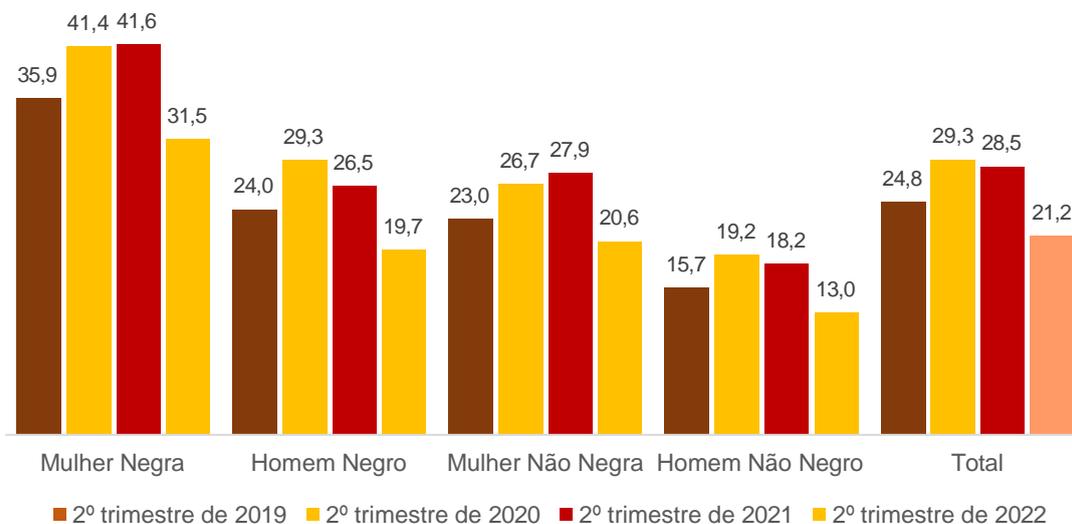


Fonte: IBGE. PnadC
Elaboração: DIEESE
Obs.: Negros = Pretos + Pardos; Não Negros = Brancos + Amarelos + Indígenas

Podem ser somados aos subocupados os trabalhadores em situação de desalento (ou seja, aqueles que querem trabalhar e deixaram de procurar por falta de recurso financeiro ou por acreditar que não vão conseguir uma colocação) e os desocupados com busca ativa. Dessa forma, é obtida a taxa de subutilização da força de trabalho. No segundo trimestre de 2022, a taxa de subutilização foi a menor da série analisada (21,2%) e, no mesmo período de 2020, a maior (29,3%).

No entanto, em 2020 e 2021, de cada 100 ocupadas negras, mais de 40 estavam subutilizadas. Em 2022, essa proporção ficou em 31,5%. São mulheres que querem e precisam trabalhar mais, mas não conseguem. Entre os homens negros, em 2020, a taxa ficou em 29,3%, maior do que a proporção de mulheres não negras subutilizadas (26,7%). Já no segundo trimestre de 2022, a proporção de mulheres não negras subutilizadas foi de 20,6% e a de homens negros ficou em 19,7%. Entre os homens não negros, a proporção caiu de 19,2%, no segundo trimestre de 2020, para 13,0% em 2022.

**Taxa composta de subutilização(1) em relação ao total de ocupados,
por raça/cor e sexo
Brasil – 2º trimestre de 2019, 2020, 2021 e 2022 (em %)**



Fonte: IBGE. PnadC

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Taxa composta da subutilização da força de trabalho = (Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas + desocupados + força de trabalho potencial) / Força de trabalho ampliada, com Força de trabalho ampliada = Força de trabalho + Força de trabalho potencial

Obs.: Negros = Pretos + Pardos; Não Negros = Brancos + Amarelos + Indígenas

A comparação do segundo trimestre de 2022 com os demais trimestres dos anos anteriores mostrou redução dos rendimentos em todos os segmentos populacionais.

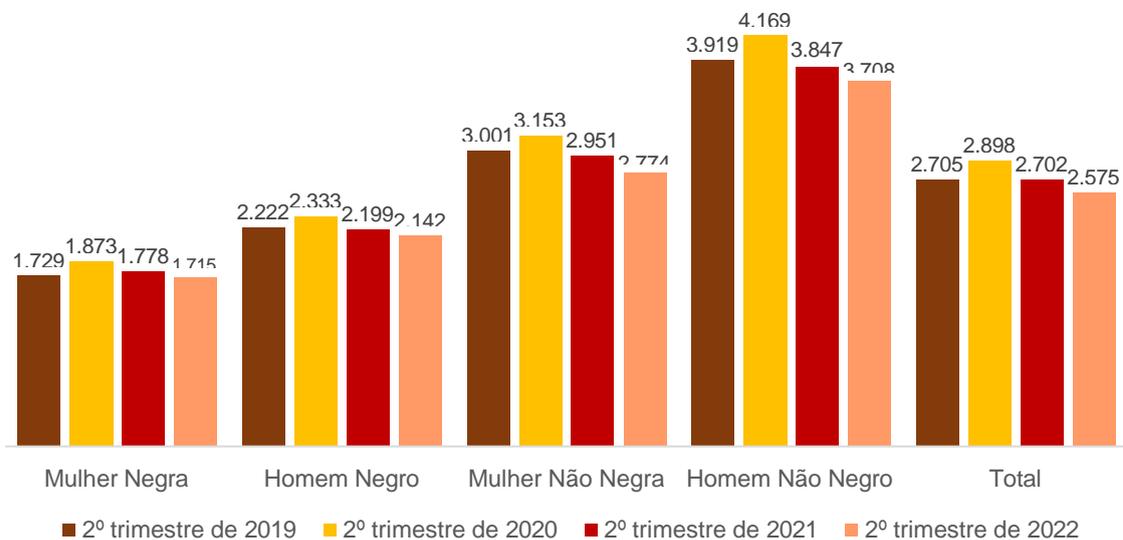
Entre os segundos trimestres de 2019 e 2022, a queda do rendimento médio real foi de -4,8% para o total de ocupados e, entre os segmentos, maior entre os não negros: de -7,6% para as mulheres e -5,4% para os homens. Entre os negros, caiu -3,6% para os homens e -0,8% para as mulheres.

Importante destacar que a elevação da renda média registrada entre 2020 e 2019 se deveu a um efeito estatístico perverso: enquanto os trabalhadores que ganhavam mais foram atuar em *home office*, aqueles com menor remuneração perderam as ocupações, o que fez com que fosse reduzida a quantidade de rendimentos de valores menores. As mulheres negras, que, em geral, recebem os menores rendimentos, foram as mais penalizadas e ficaram sem renda durante o período mais intenso de isolamento social.

As médias de rendimento também comprovam a desigualdade de remuneração por raça/cor. Os não negros recebem, em média, mais do que os negros. No segundo trimestre de 2022, enquanto o homem não negro recebeu R\$ 3.708 e a mulher não negra, R\$ 2.774, a trabalhadora negra ganhou, em média, R\$ 1.715, e o homem negro, R\$ 2.142. Esses números indicam que a mulher negra recebeu, em 2022, 46,3% do rendimento recebido pelo homem não negro. Para o homem negro, essa proporção foi de 58,8%.

A diferença entre os rendimentos de negros e não negros é constante nos dados do mercado de trabalho e precisa ser modificada a partir de políticas públicas e sensibilização da sociedade. Não importa somente elevar a escolaridade da população negra, mas sensibilizar a sociedade em relação à discriminação existente no mercado de trabalho, que penaliza parcela expressiva de brasileiros.

Rendimento médio real mensal, por raça/cor e sexo Brasil – 2º trimestre de 2019, 2020, 2021 e 2022 (em reais de 2º trimestre de 2022)



Fonte: IBGE, PnadC

Elaboração: DIEESE

Obs.: Negros = Pretos + Pardos; Não Negros = Brancos + Amarelos + Indígenas

Para o conjunto de ocupados brasileiros, o rendimento caiu entre os segundos trimestres de 2021 e 2022 (-4,70%). Entre as ocupadas negras, a redução foi de -3,54%, e, entre as não negras, de -6,00%; para os homens, entre negros, de -2,59% e, entre os não negros, de -3,61%.

Quando se observa a posição na ocupação, o rendimento subiu entre as trabalhadoras domésticas sem carteira (1,14%) e entre os trabalhadores por conta própria (2,15%). No mesmo período de análise, foram registradas elevações de rendimento entre os dois trimestres para trabalhadores assalariados sem carteira negros (5,52%) e negras (4,23%). Entre as trabalhadoras domésticas negras sem carteira, o aumento foi de 2,50% e, entre os homens negros nessa mesma posição, de 9,19%. Já entre os trabalhadores por conta própria, as maiores elevações ocorreram entre as mulheres negras (5,16%), os homens não negros (5,14%) e os negros (1,88%).

Varição do rendimento médio real mensal, por raça/cor e sexo Brasil – 2º trimestre de 2021 e 2022 (em %)

Posição na Ocupação	Mulher Negra	Homem Negro	Mulheres	Homens	Total
			Não Negras	Não Negros	
Empregado no setor privado com carteira de trabalho assinada	-3,45	-2,68	-4,56	-3,99	-4,19
Empregado no setor privado sem carteira de trabalho assinada	4,23	5,52	-6,64	-3,84	-1,16
Trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada	-0,83	-3,64	-2,28	(1)	-1,94
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	2,50	9,19	-0,51	(1)	1,14
Empregado no setor público com carteira de trabalho assinada	-13,82	-15,89	-14,28	-7,11	-14,59
Empregado no setor público sem carteira de trabalho assinada	-5,80	-20,56	-8,92	-7,49	-12,58
Militar e servidor estatutário	-2,09	-7,52	-6,15	-4,22	-5,14
Empregador	-3,21	-6,04	-10,74	-3,77	-8,07
Conta própria	5,16	1,88	-2,94	5,14	2,15
Total	-3,54	-2,59	-6,00	-3,61	-4,70

Fonte: IBGE. PnadC

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Obs.: Negros = Pretos + Pardos; Não Negros = Brancos + Amarelos + Indígenas

O país precisa voltar a crescer e a se desenvolver, criando oportunidades melhores para um conjunto expressivo de trabalhadores, mas é necessário também retomar políticas de igualdade racial e de gênero. Não é justo que mais da metade dos brasileiros seja sempre relegada aos menores salários e a condições de trabalho mais precárias apenas pela cor/raça ou pelo sexo. É necessário amplo trabalho de sensibilização social. A mudança depende de todos.

Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente - Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo – SP

Vice-presidente - José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciários de São Paulo – SP

Secretário Nacional - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo - Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo - Antônio Francisco da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel – SP

Diretor Executivo – Gabriel Cesar Anselmo Soares

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo – SP

Diretora Executiva - Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Diretora Executiva - Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretora Executiva - Maria Rosani Gregorutti Akiyama Hashizumi

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo – Claudionor Vieira do Nascimento

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo - Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Diretor Executivo - Sales José da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretora Executiva - Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – SP

Direção Técnica

Fausto Augusto Júnior – Diretor Técnico

José Silvestre Prado de Oliveira – Diretor Adjunto

Patrícia Pelatieri – Diretora Adjunta

Eliana Elias – Diretora da Escola DIEESE de Ciências do Trabalho

Equipe técnica

Patrícia Lino Costa

Edgard Fusaro

Geni Marques (revisão e formatação)